

DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES  
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA REGIÃO CENTRO  
ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS  
400002

**AVISO Nº 2 – 2019/2020**

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM  
PARA SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
(DECRETO – LEI N.º 132/2012, DE 27 DE JUNHO, REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 83-A/2014 DE 23 DE MAIO)

**CONTRATAÇÃO DE ESCOLA COM VISTA AO SUPRIMENTO DE NECESSIDADES TEMPORÁRIAS  
DE PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA O ANO LETIVO 2019/2020**

**- TÉCNICO DE ORIENTAÇÃO, RECONHECIMENTO E VALIDAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -**

**Procedimento concursal de recrutamento para ocupação de 1 (um) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo inteiro, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março.**

1 – Nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo despacho de autorização de Suas Excelências, o Senhor Secretário de Estado da Educação e da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, ao abrigo do Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 3 dias úteis a contar da disponibilização do horário na aplicação informática facultada para o efeito pela Direção-Geral de Administração Escolar (DGAE), 1 (um) posto de trabalho para **Técnico de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências** na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para um horário de 35 horas semanais.

2 – **Legislação aplicável:** O presente procedimento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março, e demais legislação em vigor.

3 - **Local de trabalho:** Escola Secundária Alves Martins, sita na Avenida Infante D. Henrique, 3514 – 507 Viseu.

4 – **Caracterização do posto de trabalho:** Exercício de funções de Técnico de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências.

5 – **Remuneração base prevista:** Ao Técnico Especializado é aplicada a tabela retributiva do Anexo a que se refere o n.º 5 do Artigo 43.º, do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio e demais instruções do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

## 6 – Requisitos de admissão:

- a) Os candidatos deverão ser detentores, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º, da Secção I, Capítulo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
- b) Os candidatos deverão ser detentores de grau académico ou título profissional aplicável ao posto de trabalho a que se candidata.

## 7 – Formalização das candidaturas:

**7.1 – Prazo de candidatura:** 3 dias úteis a contar da data da disponibilização da aplicação informática para o efeito no sítio da DGAE (SIGRHE).

**7.2 – Forma:** As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, na aplicação informática disponibilizada pela DGAE e mediante o preenchimento e entrega de formulário próprio de candidatura. Este formulário pode ser obtido na página eletrónica da Escola em [www.esam.pt](http://www.esam.pt) ou junto dos Serviços de Administração Escolar (SAE) na Escola Secundária Alves Martins, e entregue obrigatoriamente no prazo de candidatura.

A entrega do formulário e respetivo portfólio pode ser efetuada pessoalmente ou por interposta pessoa, nos SAE na Escola, ou enviados pelo correio, para a morada identificada no ponto 3 do presente Aviso, em carta registada com aviso de receção, dirigida ao Senhor Diretor da Escola Secundária Alves Martins, ou ainda por correio eletrónico para [concursos.esam@esam.pt](mailto:concursos.esam@esam.pt) identificando no assunto o número do Aviso do Concurso a que se candidata. No caso da candidatura formalizada via correio eletrónico, os SAE enviarão um email que confirmará a receção do email do candidato. Este email servirá de recibo de candidatura.

O portfólio deve ser apresentado em papel formato A4, com limite máximo de 10 folhas, iniciando-se com o formulário (não conta para o limite de folhas). O texto deve ser escrito no tipo de Letra “Arial”, tamanho 10.

**7.3 –** Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2009, a não apresentação/anexação do formulário, portfólio, e/ou respetivos anexos constitui motivo de exclusão.

## 8 – No portfólio devem constar os seguintes documentos comprovativos:

- Certificado de habilitações profissionais e/ou académicas (fotocópia);
- Declaração de tempo de serviço até 31/08/2018 (fotocópia);
- Certificado(s) comprovativo(s) de formação profissional (fotocópia);

**9 –** As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da Lei.

**9.1 –** Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve no portfólio, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

## 10 - Métodos de seleção

**10.1 –** De acordo com o n.º 11 do artigo 39.º do Decreto-Lei nº 132/2012, republicado pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, são critérios objetivos de seleção, a seguir obrigatoriamente:

- 1) A avaliação do portfólio (AP) com uma ponderação de 30%;
- 2) A entrevista de avaliação de competências (EAC) com ponderação de 35%;
- 3) O número de anos de experiência profissional (EP) na área, com ponderação de 35%.

Os critérios subdividem-se da seguinte forma:

A) A **avaliação do portfólio (AP)** visa analisar a qualificação dos candidatos e será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da soma das classificações dos elementos a avaliar nos seguintes subcritérios:

- Subcritério 1: Habilitações Académicas e Profissionais
- Subcritério 2: Classificação académica
- Subcritério 2: Formação

B) A **entrevista de avaliação de competências (EAC)** visa avaliar, numa relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências essenciais para o exercício da função, sendo avaliada segundo níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. Para o efeito, a valoração da entrevista de avaliação de competências (EAC) será concretizada através da soma das classificações dos elementos a avaliar nos subcritérios:

- Subcritério 1 - Conhecimentos no domínio da orientação, reconhecimento e validação de competências;
- Subcritério 2 - Sentido crítico e capacidade de resposta a situações/ocorrências emergentes;
- Subcritério 3 - Motivação e capacidade de comunicação.

*Os candidatos deverão fazer-se acompanhar de documentos comprovativos relativamente aos itens anteriores.*

C) O **número de anos de experiência profissional (EP) na área** – tempo de serviço no exercício das funções descritas no ponto 4 do presente Aviso, até 31/08/2019, de acordo com a seguinte pontuação (pontua apenas numa alínea no tempo de serviço prestado no Ministério da Educação e Ciência e uma vez em outros Ministérios).

**10.2** – A classificação final (**CF**) dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção e será efetuada através da seguinte fórmula: **CF = 0,30 AP + 0,35 EAC + 0,35 EP**

#### **11- Composição do Júri**

Presidente:	José Miguel V. Desterro Borges (Adjunto do Diretor e Coordenador do CQ)
Vogais efetivos:	Maria José de Almeida Costa (Técnica de ORVC)
	Carla Susana Tavares Santiago Monteiro (Técnica de ORVC)
Vogais suplentes:	Fernando Ramiro Gonçalves de Figueiredo (Adjunto do Diretor)
	Anabela Figueiredo Vicente Almeida (Assessora da Direção)

**12** — O Presidente de Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

**13** — **Exclusão e notificação dos candidatos** - Os candidatos excluídos serão notificados nos termos da lei e por uma das formas abaixo identificadas:

- a) *Correio eletrónico com recibo de entrega da notificação ou por outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;*



b) Carta registada;

c) Notificação pessoal;

d) Aviso publicado na 2.ª série do Diário da República informando da afixação em local visível e público das instalações do empregador público e da disponibilização no seu sítio da Internet.

**13.1** – Atendendo à urgência do presente procedimento concursal, nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril, a entrevista de avaliação de competências será feita em *tranches* sucessivas de cinco candidatos cada, por ordem decrescente de classificação obtida através dos critérios das alíneas A) e C) do ponto 10 deste Aviso, até à satisfação da necessidade identificada.

**13.2 – Motivos de exclusão:** não cumprimento dos pontos 7.1, 7.2 e 7.3 do presente Aviso e a não comparência à entrevista.

**13.3** – As listas de candidatos admitidos e excluídos, bem como a calendarização das entrevistas, serão divulgadas na página eletrónica da Escola Secundária Alves Martins.

**13.4** – Os candidatos admitidos à entrevista serão notificados conforme previsto no procedimento descrito no ponto 13.

**14 - A Ordenação final dos candidatos admitidos** que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas em resultado da classificação quantitativa obtida nos métodos de seleção.

**15 – Critério de desempate:** em caso de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adotar são os anos de experiência na área para a qual se candidata nos termos da alínea C) do ponto 10 do Aviso de Abertura, seguida da avaliação do portfólio e, por fim, da entrevista de avaliação de competências.

**16** – Para efeitos de realização de audiência prévia, conforme o n.º 1 do artigo 22.º e n.º 1 do artigo 28.º da Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril, os candidatos serão notificados conforme descrito no ponto 13 do presente Aviso de abertura.

**17 – A lista unitária de ordenação final** dos candidatos, após homologação do Senhor Diretor da Escola Secundária Alves Martins, é disponibilizada no sítio eletrónico da Escola.

**18** - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

**19 - Prazo de validade:** O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos previstos na lei.

Viseu, em 09 de setembro de 2019.

O Presidente do Júri

  
José Miguel V. Desterro Borges